



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

INDICAÇÃO Nº 27/2024

Indicação  
Renumerado n.º 334/2024

Excelentíssima Senhora Presidente da Egrégia Câmara Municipal de Itatiaiuçu/MG,

O Vereador que a presente subscreve, vem com o mais elevado respeito e acatamento na forma do artigo 275, do Regimento Interno, indicar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, que o Executivo Municipal, realize estudos no sentido de criar Projeto de Lei que institui a Aprendizagem Profissional no âmbito da Administração Pública Direta, Sociedade de Economia Mista, Autárquica e Fundacional, para jovens que possuírem entre 14 (quatorze) a 21 (vinte e um) anos em nosso Município.

## JUSTIFICATIVA

Este Vereador imbuído no dever de dar melhor qualidade de ensino e suporte profissional aos jovens do Município de Itatiaiuçu propõe neste ato que o executivo Municipal institua o Programa Jovem Aprendiz na Administração Pública.

Segue minuta de Lei em anexo.

Diante do exposto, contamos com a aquiescência do Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2024.

MOISÉS G. CUNHA

MOISÉS GUSTAVO DA CUNHA  
Vereador

Recebi em 15/06/2024  
Assessor Legislativo  
Câmara Municipal de Itatiaiuçu



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

## PROJETO DE LEI Nº XXX, DE XX DE XXXXXX DE 2024.

Institui a aprendizagem profissional no âmbito da administração pública direta, sociedade de economia mista, autárquica e funcional, do município de Itatiaiuçu, conforme menciona.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU**, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais, a Aprendizagem Profissional a ser desenvolvida pela Administração Pública Direta, Sociedade de Economia Mista, Autárquica e Fundacional.

**Art. 2º** O quantitativo de adolescentes e jovens aprendizes contratados corresponderá ao percentual de 2,5% (dois virgula cinco por cento) no mínimo e de 15% (quinze por cento) no máximo, sobre o número de cargos públicos efetivamente providos.

**Art. 3º** Aprendiz é o maior de 14 (quatorze) anos e menor de 21 (vinte e um) anos, que celebra contrato de aprendizagem nos termos do Art. 428 da Consolidação das leis do Trabalho - CLT.

**§1º** A idade máxima prevista no caput não se aplica a aprendiz com deficiência.

**§2º** O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

**Art. 4º** Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz inscrito em programa de aprendizagem, uma formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu

*marcel*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

## Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

**Art. 5º** A contratação de entidades de formação técnico-profissional metódica pela Administração Pública, nos termos desta Lei, observará os termos da legislação que rege as licitações e contratos administrativos.

**§ 1º** Para habilitar-se no certame licitatório a que se refere o caput, a entidade deverá estar registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o Programa de Aprendizagem Profissional devidamente inscrito e O curso validado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

**§ 2º** Entende-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

**§ 3º** A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade das pessoas jurídicas devidamente qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas em Lei.

**§ 4º** São consideradas pessoas jurídicas qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

I- Os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:

- a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT);
- e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

II- As escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

*Maise*





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

## Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

**III-** as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à sua educação profissional, devidamente inscritas no conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como seus programas devidamente nele registrados.

**Art. 6°** A seleção de aprendizes pelas entidades qualificadas em formação técnico profissional metódica será realizada mediante processo seletivo simplificado, que levará em consideração os conhecimentos mínimos necessários para o desempenho das ocupações definidas nos programas de aprendizagem.

**Parágrafo Único** - Dentre os jovens que atendam aos critérios descritos no artigo 3°, terão prioridade aqueles que se encontrem em uma das seguintes condições, devidamente atestado por laudo social ou psicossocial elaborado pelo CRAS ou CREAS:

- I-** sejam provenientes de famílias abaixo do nível de pobreza ou sem renda;
- II-** que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou exploração de trabalho proibido por lei;
- III-** tenham ou estejam cumprindo Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, ou outras medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação vigente.
- IV-** estejam em situação de acolhimento institucional;
- V-** pessoas com deficiência, observado o grau de dificuldade e compatibilidade para o exercício das atividades de aprendizagem;
- VI-** tenha(m) filho(s).

**Art. 7°** Será obrigatória a frequência no Ensino Fundamental ou Médio ou nos programas de educação de jovens e adultos quando o aprendiz não tiver concluído a Educação Básica.

*maef*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

## Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

**Art. 8º** A aferição do nível de cognição do aprendiz com deficiência intelectual deverá observar os limites impostos pela sua condição.

**Art. 9º** A contratação de aprendizes poderá ser realizada de modo direto ou indireto em consonância com o regime de contratação do respectivo órgão, na forma permitida pelo artigo 431, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por meio dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, Escolas Técnicas ou Entidades sem Fins Lucrativos, que celebrarão com os aprendizes, contratos de aprendizagem, devidamente anotadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

**Art. 10º** O contrato de aprendizagem celebrado entre as entidades referidas no artigo 5º e o aprendiz não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) meses e extinguir-se-á o seu tempo ou, antecipadamente, nas hipóteses previstas no Artigo 433 da CLT.

**Art. 11º** Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

**Parágrafo Único** - Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000:

- I- décimo terceiro salário, FGTS e repouso semanal remunerado;
- II- férias, que devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no Programa de aprendizagem;
- III- seguro contra acidentes pessoais;
- IV- vale transporte.

**Art. 12º** São deveres do aprendiz, dentre outros:

- I- executar com zelo e dedicação as atividades que lhes forem

*mafe*





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

## Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

- II- apresentar comprovante de frequência escolar e aproveitamento.

**Art. 13º** O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 21 (vinte e um) anos, ou ainda, antecipadamente nas seguintes hipóteses:

- I- desempenho insuficiente ou inadequação do aprendiz;
- II- falta disciplinar grave;
- III- ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
- IV- a pedido do adolescente aprendiz.

**Art. 14º** As obrigações da entidade contratada para selecionar e contratar aprendizes, bem como promover o curso de aprendizagem correspondente, serão descritas em instrumento próprio, que incluirá, dentre outras:

- I- selecionar os adolescentes e jovens matriculados em programas de aprendizagem por ela promovidos;
- II- executar todas as obrigações trabalhistas referentes aos aprendizes quando estiver na condição de contratante;
- III- garantir locais favoráveis e meios didáticos apropriados ao programa de aprendizagem e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do aprendiz;
- IV- assegurar a compatibilidade de horários para participação do jovem aprendiz no programa de aprendizagem, sem prejuízo da frequência ao ensino regular;
- V- acompanhar as atividades e o desempenho do aprendiz, em relação ao programa de aprendizagem e ao ensino regular;
- VI- promover a avaliação periódica do aprendiz, no tocante ao programa de aprendizagem;

*maes*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIUÇU

## Estado de Minas Gerais

CNPJ 07.181.590/0001-45

**VII-** expedir Certificado de Qualificação Profissional, após a conclusão do programa de aprendizagem com aproveitamento ~satisfatório.

**Art. 15°** A aprendizagem regulada nesta lei constitui-se em ação prioritária, no âmbito dos Planos Plurianuais, leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais.

**Parágrafo Único** - Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, na esfera Municipal, Estadual e Federal poderão financiar de forma complementar, ações e serviços de formação profissional de adolescentes como aprendizes.

**Art. 16°** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em XX de XXXXXX de 202X.

**Adécio Rosa de Moraes**

**Prefeito**

*maísc*